

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Gyra

Relatório do auditor independente acompanhado das demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos acionistas e administradores da
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Gyra
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Gyra (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Gyra em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas de serviços prestados

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a aquisição e a securitização de créditos financeiros. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação, emissão e a colocação das operações de securitização. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos aos investidores. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de reconhecimento de receitas, além de área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros; (i) realização do entendimento dos controles internos por meio de inspeção das planilhas que efetuam a amortização e atualização dos direitos creditórios; (ii) verificação dos lastros por amostragem; (iii) recálculo dos ativos por amostragem de acordo com as premissas especificada em cada Termo de Cessão (iv) recálculo do passivo de emissão de acordo com os princípios constantes em Termo de Securitização (v) inspeção da liquidação financeira tanto das baixas dos recebíveis quanto das amortizações dos passivos de emissão.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento dos ativos e o resultado obtido no exercício foram adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

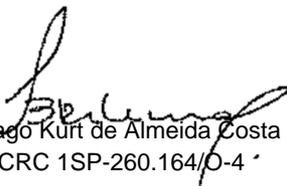
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1



Cia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-GYRA

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.168	5.381
Empréstimos e recebíveis	5.c	21.274	5.766
Estimativa de Perdas	5.c	(2.826)	(130)
Total do ativo circulante		<u>26.616</u>	<u>11.017</u>
Ativo não circulante			
Empréstimos e recebíveis	5.c	175	-
Total do ativo não circulante		<u>175</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u>26.791</u>	<u>11.017</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Cia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-GYRA

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo circulante			
Impostos e contribuições a recolher	6	4	1
Total do passivo circulante		<u>4</u>	<u>1</u>
Debêntures	7.3	32.208	10.668
Premio de debênture a pagar	7.3	(5.422)	347
Total do passivo não circulante		<u>26.786</u>	<u>11.015</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	8	10	10
Capital a integralizar	8	(9)	(9)
Total do patrimônio líquido		<u>1</u>	<u>1</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>26.791</u>	<u>11.017</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Cia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-GYRA

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto lucro básico por ação)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receitas operacionais	10	3.565	1.044
Custo dos serviços prestados	11	(1.283)	(154)
Receita Bruta		2.282	890
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(207)	(233)
Despesas tributárias	12	(42)	(49)
Provisão para redução ao valor recuperável	5	(2.696)	(130)
Provisão de remuneração dos debenturistas(Perda na Emissão)	7	2.696	130
Provisão para Perdas na Operação			(593)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		2.033	15
Receitas financeiras	13	2.741	355
Despesas financeiras	13	(4.774)	(370)
Resultado financeiro		(2.033)	(15)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		-	-
Lucro líquido do período		-	-
Resultado por ação referente às ações ordinárias (em R\$)		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Cia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-GYRA

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado líquido do período	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Cia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-GYRA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Capital social	Capital a Integralizar	Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 dezembro de 2019	<u>10</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Resultado do período	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>10</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-GYRA

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		-	-
Ajuste por:			
Provisão para redução ao valor recuperável		2.696	130
Provisão de remuneração dos debenturistas		(2.696)	(130)
Provisão para Perdas na Operação		-	(593)
Rendimentos sobre a carteira de créditos		(3.565)	-
Juros sobre as debêntures		4.634	-
Prêmio das debêntures		(2.489)	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Empréstimos e recebíveis		(12.118)	(5.766)
Aumento nos passivos operacionais			
Impostos e contribuições a recolher		3	1
Outras obrigações		-	-
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais		<u>(13.535)</u>	<u>(6.358)</u>
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento			
Recursos provenientes da emissão de debêntures		16.322	11.739
Caixa líquido gerado nas atividades de Financiamento		<u>16.322</u>	<u>11.739</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa, líquido		<u>2.787</u>	<u>5.381</u>
Caixa e equivalente de caixas no início do período	4	5.381	-
Caixa e equivalente de caixas no fim do período	4	8.168	5.381
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa, líquido		<u>2.787</u>	<u>5.381</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Cia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-GYRA

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receitas			
Receita de serviços	10	3.565	1.044
		<u>3.565</u>	<u>1.044</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços prestados	11	(1.283)	(154)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	12	(207)	(233)
Provisão para Perdas na Operação			(593)
		<u>(1.490)</u>	<u>(980)</u>
Valor adicionado bruto		<u>2.075</u>	<u>64</u>
Valor adicionado líquido		<u>2.075</u>	<u>64</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida	13	2.741	355
		<u>2.741</u>	<u>355</u>
Valor adicionado a distribuir		<u>4.816</u>	<u>419</u>
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições	12	42	49
Despesas financeiras	13	4.774	370
Resultado do período		-	-
Valor adicionado distribuído		<u>4.816</u>	<u>419</u>
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-GYRA para o exercício de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-GYRA (“Companhia”), sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo – SP. Sua controladora é a VERT Participações Ltda.

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de empréstimos celebrados por meio da plataforma gerenciada pela Mr. Presta do Brasil Ltda. (“Gyra”); (ii) a emissão e a colocação, privada de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia foi constituída em 29 de janeiro de 2019, no qual foram deliberados e aprovados por unanimidade a **(i)** a constituição e a denominação social da Companhia como sendo Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-GYRA; **(ii)** a definição do capital social da Companhia em R\$ 10 (dez mil reais); **(iii)** a subscrição total e integralização parcial do capital social da Companhia; **(iv)** a redação do Estatuto Social da Companhia; **(v)** a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(vi)** a publicação dos atos societários da Companhia no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no periódico “Diário Comercial”. No âmbito das deliberações da Assembleia Geral, principalmente frente à deliberação da obtenção do registro de Companhia Aberta, a administração da Companhia aprovou a divulgação das demonstrações contábeis.

Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes para o exercício de 31 de dezembro de 2020.

2 Bases de preparação das informações contábeis

2.1 Bases de apresentação

2.1.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.1.2. Bases de mensuração

As informações contábeis são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações contábeis, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera). Ao definir a moeda funcional da Companhia a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As informações contábeis em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.3 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apurou a necessidade de ajustes por recuperação de ativos.

3.4 Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração não possui provisões, ativos ou passivos contingentes, em 31 de dezembro de 2020.

3.5 Receita de Juros

A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que não são comprados com problemas de recuperação de crédito, mas que, posteriormente, se tornaram ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito (“não performados”).

Créditos a receber, constituídos por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), são adquiridos pela Companhia em caráter definitivo, irrevogável e irretroatável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos inadimplidos.

A aquisição de tais empréstimos e recebíveis ocorreu durante o período. O prazo de recuperação dos créditos é de 3 a 18 meses, a partir do mês de aquisição das CCBs e a taxa de retorno esperada não deve ser considerada como garantia de rentabilidade da carteira.

3.6 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

3.7 Demonstração do fluxo de caixa - DFC

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.8 Novas normas, alterações e Interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis:

3.9.1 Novas normas adotadas durante o exercício.

- **IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil:** Estabeleceu novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficaram substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações serão tratadas como revisão 02 do CPC 06.

A adoção do CPC 06 (R2) impactou o contrato de aluguel do escritório da matriz, situado em São Paulo - SP. O contrato possui vigência de 3 anos, desta forma, os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2019 são:

- (i) reconhecimento do ativo de direito de uso no ativo não circulante; e
- (ii) reconhecimento passivo de arrendamento segregado entre circulante e não circulante. Não houve impactos relevantes no resultado da Companhia.

Conforme facultado pelo CPC 06 (R2), a Companhia optou por aplicar o pronunciamento retrospectivamente, com efeito cumulativo de inicialmente utilizar o pronunciamento reconhecido na data de aplicação inicial.

Desta forma, o arrendatário não deve rerepresentar as informações comparativas. Em vez disso, o arrendatário deve reconhecer o efeito cumulativo de aplicar inicialmente este pronunciamento como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme apropriado) na data da aplicação inicial.

Portanto, a Companhia reconheceu o ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para o arrendamento anteriormente classificado como arrendamento operacional, utilizando o CPC 06 (IAS 17), com base no seu valor contábil como se o pronunciamento tivesse sido aplicado desde a data de início, mas descontado, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário na data da aplicação inicial.

3.9.2 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas informações contábeis intermediárias, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

IFRS 17	Contratos de Seguros
Alterações à IFRS 9	Características de Pagamento Antecipado com Compensação Negativa
Alterações à IAS 28	Investimentos de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2015-2017	Alterações à IFRS 3 – Combinações de Negócios, IFRS 11 – Negócios em Conjunto, IAS 12 – Impostos sobre a renda e IAS 23 – Custos de Empréstimos
Alterações ao IAS 19 – Plano de Benefícios Definidos	Alteração, Redução ou Liquidação de Plano
IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
IFRIC 23	Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A Administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis em períodos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto como demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Banco conta movimento	3	2
Aplicações financeiras (i)	8.165	5379
Total	8.168	5.381

(i) O montante é composto por: **(a)** aplicações financeiras automáticas (Aplic Aut Mais), com liquidez imediata, realizadas junto ao Itaú Unibanco S.A., não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa; e **(b)** aplicações financeiras em certificados de depósito bancário que possuem liquidez imediata e taxa de remuneração de taxa /PCT 94,000% do CDI.

5. Empréstimos e recebíveis

O saldo de empréstimos e recebíveis refere-se aos direitos creditórios adquiridos, elegíveis como lastro de operações de securitização de créditos financeiros originados, através de sua plataforma online para concessão de empréstimos, para fins da 1ª emissão de debêntures da Companhia (“Emissão”).

a) Descrição das características dos direitos creditórios

Os direitos creditórios são representados por cédula de crédito bancário (“CCBs”) emitidas por determinadas pessoas jurídicas (“Tomador”) em favor de instituições financeiras no âmbito da plataforma da Gyra

b) Critérios de elegibilidade

As CCBs adquiridas pela Companhia deverão respeitar os seguintes critérios de elegibilidade: (i) que o saldo devedor total de CCB devidas pelas empresas integrantes do grupo econômico de um determinado Tomador não poderá corresponder a qualquer momento a mais de 3,0% (três por cento) do valor total da Emissão; (ii) que o saldo devedor total de CCB devidas pelas empresas integrantes do grupo econômico dos 8 (oito) maiores Tomadores não poderá corresponder a qualquer momento a mais de 20,0% (vinte por cento) do valor total da Emissão; (iii) que as CCB não estejam vencidas em sua data de aquisição; (iv) o vencimento das CCB deverá ocorrer em, no máximo, 90 (noventa) dias antes do vencimento das debêntures; (v) que cada CCB não possua saldo vencido e não pago na respectiva data de aquisição; e (vi) as CCB não poderão ser emitidas por sociedades controladoras, controladas ou sob controle comum da Companhia ou da Gyra.

c) Composição dos recebíveis

	31/12/2020	31/12/2019
Carteira de crédito	21.449	5.766
(-) Perdas de crédito esperadas	(2.826)	(130)
Total	18.623	5.636

d) Movimentação dos empréstimos e recebíveis

	Saldo em 31/12/2019	Aquisição de CCBs	Juros e encargos	Provisão para redução ao valor recuperável	Amortização	
					Principal	Saldo em 31/12/2020
Carteira CCBs	5.636	6.920	4.207	(2.594)	(8.203)	5.966
Carteira CCBs2	-	12.838	364	(5)	(540)	12.657
Total	5.636	19.785	4.571	(2.599)	(8.743)	18.623

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

e) Composição dos recebíveis por faixa de vencimento

	Saldo
Vencidos:	4.146
0 - 30 dias	1.023
31 - 60 dias	1.106
61 - 90 dias	1.122
91 - 180 dias	2.981
181 - 360 dias	10.896
Acima de 360 dias	175
PDD	(2.826)
Total	18.623

f) Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A operação em escritura das debenture determinou a política a ser seguida para provisão para perdas de seus recebíveis, quais são aplicadas para a redução a seu valor recuperável, dado o recente início da operação, não se fez possível realizar a classificação dos empréstimos por estágios de recuperabilidade, como determinar o IFRS 9, pois em análise realizada pela companhia, informações não estão estáveis gerando grande oscilações quando comparadas.

6. Obrigações fiscais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a pagar está representado por impostos e contribuições a recolher (IRRF, PIS/COFINS/CSLL), no valor de R\$ 4 (R\$ 1 em 31/12/2019).

7. Debêntures

7.1 Condições da Escritura

De acordo a escritura das Debêntures, a Emissão foi realizada no montante de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), realizada em duas séries, quais sejam, primeira série da Emissão (“Primeira Série”) e segunda série da Emissão (“Segunda Série”), cada uma representando respectivamente R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Remuneração –_A Primeira Série fará jus a taxa acumulada de 100% (cem por cento) do CDI acrescida de um spread de 5% (cinco inteiro e cinquenta centésimos por cento). A Série Subordinada não fará jus a qualquer remuneração.

Garantias –_A Emissão conta com cessão fiduciária das CCBs em favor dos debenturistas.

Prêmio de Reembolso –_Após o pagamento da amortização e da remuneração da Série Sênior e após o pagamento da amortização da Série Subordinada, a Série Subordinada fará jus ao Prêmio de Reembolso.

7.2 Prêmio

As Debêntures assegurarão aos debenturistas um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”), descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será pago ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 o valor do prêmio é de R\$ 5.422 .

7.3 Composição das obrigações com Debêntures

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das debêntures somava:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo anterior	11.015	
Debêntures emitidas	20.678	10.668
(-) Pagto debêntures	(3.772)	-
(-) Perdas de crédito esperadas	(2.696)	130
(+) Juros debêntures	4.634	-
(±) Prêmio	(3.073)	477
Total	26.786	11.015

As perdas de crédito esperadas são avaliadas frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um passivo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do passivo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de financeiro projetado daquele passivo que pode ser estimado de uma maneira confiável.

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 10 (dez mil reais), representando 10.000 (dez mil) ações ordinárias, dos quais R\$ 1 (hum mil e um reais) foram integralizados na fase pré-operacional e o restante será integralizado em até 2 anos contados a partir da data de constituição da Companhia. As participações estão apresentadas desta forma:

	Número de ações ordinárias	% de participação
Vert Participações Ltda.	9.999	99.99
Vert Créditos Ltda.	1	0.01
Total	10.000	100.00

8.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve nenhuma constituição de reservas durante o período apresentado.

9. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

10. Receita operacional

	2020	2019
Receita operacional	3.565	1.044
	3.565	1.044

Em 31 de dezembro de 2020 a composição das receitas auferidas são compostas pelos juros de operações com debêntures.

11. Custo dos serviços prestados

	2020	2019
Gestão de carteira (i)	(834)	-
Agente fiduciários	(72)	(12)
Cetip	(13)	-
Taxas CVM	(10)	-
Tarifa Banco Liquidante	(40)	(21)
Comissão de Distribuição	-	(121)
Cobrança	(314)	-
Total	(1.283)	(154)

(i) O Saldo refere-se ao pagamento ref. Prestação de serviço de gestão de carteira pago para a VERT Securitizadora.

12. Despesas operacionais por natureza

	2020	2019
Auditoria	(46)	(17)
Assessoria contábil	(45)	(38)
Anúncios e Publicações	(56)	(27)
Consultoria	-	(131)
Honorários Advocáticos.	(55)	(15)
Messageiros	(2)	(1)
Despesa de Software	(3)	(2)
Comissão de Distribuição	-	(1)
Impostos e Taxas	(42)	(49)
Outras Desp. Adm.	-	(1)
Total	(249)	(282)

Classificadas como		
Gerais e administrativas	(207)	(233)
Despesas tributárias	(42)	(49)
Total	(249)	(282)

13. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto por receitas auferidas por aplicações em certificados de depósitos bancários, deduzidos das despesas de juros com emissões e despesas financeiras incorridas no período de 31 de dezembro de 2020:

	2020	2019
Receita de aplicações financeiras	91	92
Prêmio de debenture	2489	164
Receita de juros Debêntures	-	99
Outras receitas financeiras	161	-
Outras despesas financeiras	(140)	(370)
Juros Debentures	(4.634)	-
Total	(2.033)	(15)

14. Contrato de Seguros

Em 31 de dezembro de 2020 a companhia não possui seguros contratados.

15. Eventos subsequentes

Não ocorreu nenhum evento subsequente até a data de emissão das demonstrações contábeis.

16. Outros Assuntos

Com relação a eventos subsequentes, também em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a companhia analisou e não foi percebido quaisquer alterações drásticas na operação da companhia, visto que possíveis impactos econômicos só trariam reflexos consideráveis, em datas futura, e não tendo base concreta ou confiável para demonstrar os efeitos considerando os impactos do COVID-19 em nossos negócios, entendemos que não houve eventos subsequentes relevantes no contexto destas informações contábeis, que necessitassem de qualquer tipo e ajuste.

17. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e sua emissão foi autorizada em 19 de março de 2021.

* * *

COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-GYRA

Relatório da Administração

São Paulo, 23 de março de 2020

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a administração da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT Gyra, tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as informações contábeis intermediárias da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de dezembro de 2020. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

1. Contexto organizacional

A Companhia atua como securitizadora de créditos financeiros, constituída nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN 2.686/00") com o objetivo exclusivo de aquisição de créditos oriundos de operações financeiras para posterior securitização destes créditos por meio da emissão de debêntures não conversíveis para distribuição pública ou privada nos mercados financeiro e de capitais do Brasil.

A Companhia tem por objeto social: (a) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades; e (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos.

A Companhia não possui sociedades controladas. Desde a sua constituição até a data do presente período, toda a receita auferida pela Companhia foi proveniente de operações realizadas no Brasil, não havendo dependência de mercados estrangeiros.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 10 mil, dividido em 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (10.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2019).

Operações

A Companhia atua na aquisição de direitos creditórios originados por meio da plataforma eletrônica da Mr. Presta do Brasil Ltda. ("Mr Presta Tecnologia" ou "Plataforma"), parte relacionada, e realiza tal aquisição com recursos captados por meio de emissão de debêntures. O valor integralizado por investidores é aplicado pela Companhia na compra dos direitos creditórios (cédulas de crédito bancário) por meio de endosso formalizado entre a Companhia e as instituições financeiras parceiras, que concedem as operações de crédito originadas pela Plataforma. As cédulas de crédito bancário emitidas pelos tomadores, além de servirem de lastro para as emissões de debêntures da Companhia, também são dadas em garantia a todos investidores da emissão vinculada aos seus créditos, através de contratos de cessão fiduciária.

Os contratos de prestação de serviços relativos à originação, avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pela Cédulas de Crédito Bancário (CCB) são executados pela Gyra Tecnologia.

2. Resultados

Desde sua constituição, em 22 de maio 2019, até o período findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou a emissão de debêntures da 2ª série, dividido da seguinte forma:

Em 21 de junho de 2019, houve a 1ª (primeira) emissão de debêntures, em duas séries, no montante total equivalente a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões) sem que houvesse, no entanto, sua subscrição e integralização ("Emissão"). Suas operações se iniciaram no dia 05 de julho de 2019.

A 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Companhia foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 11 de novembro de 2019. De acordo a escritura das Debêntures, a 2ª Emissão foi realizada no montante de R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), realizada em série única.

3. Impactos do COVID-19

Ao analisar os possíveis impactos do COVID-19 na Gyra Securitizadora, foram realizadas reuniões para entender como a Mr Presta Tecnologia se preparou para o ocorrido. Nas reuniões foram apresentadas as seguintes ações para minimizar os impactos para os investidores, a companhia intensificou as cobranças junto aos devedores, fazendo assim um acompanhamento mais efetivo de seus clientes. Ainda sob os possíveis efeitos nas informações contábeis intermediárias devemos analisar sob a seguinte ótica, as perdas por redução ao valor recuperável decorrem da perda estimada e incorrida por parte do cedente da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização

4. Auditoria e serviços de não auditoria

Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("ICVM 381"), a Administração da Companhia informa que durante o 2º trimestre de 2020, não foram prestados serviços de não auditoria para Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT Gyra.
